

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)  
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1885-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
 JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
 JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
 LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
 RUY MESQUITA (1947-2013)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PRESIDENTE**  
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA  
**MEMBROS**  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JÚLIO CÉSAR MESQUITA  
LUIZ CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

**DIRETOR PRESIDENTE**  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
**DIRETOR DE JORNALISMO**  
EURÍPEDES ALCÂNTARA  
**DIRETOR DE OPINIÃO**  
MARCOS GUTERMAN

**DIRETORA JURÍDICA**  
MARIANA UEMURA SAMPAIO  
**DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE**  
PAULO BOTELHO PESSOA  
**DIRETOR FINANCEIRO**  
SERGIO MAL CUESTRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

# Crime rápido, Estado lento



*Enquanto o crime organizado avança, o plano de segurança para a Amazônia, anunciado com pompa eleitoral pelo governo, ainda não saiu do papel, bem ao estilo do lulopetismo*

Quase um ano depois de ser anunciado com o tom palanqueiro típico dos governos lulopetistas, o plano de segurança para a Amazônia do governo federal ainda não saiu do papel, informou reportagem do **Estado**. Batizada de “Plano Amazônia: Segurança e Soberania”, a iniciativa, voltada para uma região tsnadada pelo avanço do crime organizado, previa a implementação de 34 bases de segurança na Amazônia Legal, aquisição de equipamentos como viaturas, armas, lanchas e helicópteros, cria-

ção da chamada Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública para atuar no território e R\$ 2 bilhões para combater a criminalidade. De junho do ano passado para cá, constata-se, pouco andou. Segundo reconhece o próprio Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável pelo projeto, o plano ainda está em fase de “construção conjunta” com os nove Estados da Amazônia Legal.

É a máxima da inépcia governamental – enquanto organizações criminosas avançam com rapidez, o Estado brasileiro reage de forma lenta. A Amazô-

nia exibe um retrato fiel desse descom-  
passo de ritmo e eficácia entre o crime  
e as instâncias que deveriam combatê-  
lo. No caso do governo do presidente  
Lula da Silva, o enredo é conhecido  
antes um problema, convoca-se uma  
reunião ministerial; diante do fracasso,  
monta-se uma força-tarefa; se a ques-  
tão envolve governos estaduais e mu-  
nicipais, produz-se um plano suposta-  
mente robusto, lançando-o de maneira  
estrepitosa. A prática é adornada pela  
convicção do presidente de que é um  
demiurgo, e de que seu governo consti-  
tuirá uma espécie contemporânea da ar-  
ca de Noé pronta para recomençar a vida  
e salvar a população quando cessar o  
dilúvio (e, claro, o dilúvio, segundo sua  
visão, surgiu nos governos anteriores,  
jamais em sua gestão). O roteiro foi le-  
vado ao paroxismo com um ministro  
mais preocupado em prestar contas às  
redes sociais do que pôr em prática  
grandes planos, como era o caso do an-  
tador de auditório Flávio Dino.

Como se trata de um governo lulopetista, não foi a primeira vez e provavelmente nem será a última em que planos mirabolantes ou lançados ruidosamente se resumem ao papel e ao palanque. Para citar um exemplo amazônico, desde janeiro de 2023 se sabe que o povo yanomami enfrenta uma crise humanitária sem precedentes. Desassistência sanitária, malária, pneumonia, desnutrição, doenças sexualmente transmissíveis e mortes atingem os indígenas, resultado de anos e anos de interferência indevida de não indígenas e do avanço do garimpo ilegal na região. Naquele primeiro mês de governo, Lula anunciou um plano para salvar

os indígenas. Quando se viu perto do marco de um ano das ações de emergência anunciadas, e diante da constatação de que a operação fracassara, Lula convocou uma reunião ministerial para tratar do tema, apontou culpados externos e, como se dessembarcasse ali mesmo no problema, anunciou, ora vejamos, um novo plano. Práticas similares já foram percebidas em áreas-chave como a saúde, o meio ambiente e a economia — não sem recauchutar velhas ideias para dar-lhes o verniz de novidade.

Bons governos concebem bons planos. Governos realmente eficazes e preocupados com o interesse público organizam o Estado de tal modo que bons planos sejam postos em prática, com metas, indicadores, detalhamento de cronograma, orçamento e responsabilidades – e com capacidade para revê-los rapidamente, ajustá-los ou encerrá-los conforme o impacto das medidas implementadas. A literatura especializada no assunto chama isso de capacidade estatal e capacidade burocrática. Significa que não basta a pura vontade dos agentes políticos para que objetivos sejam alcançados. Requer mecanismos destinados a induzir a implementação de políticas públicas, mesmo com mudança na cabeça da gestão como foi o caso da Justiça – dos recursos financeiros à capacidade de resolver conflitos e divergências, da profissionalização das burocracias à capacidade de escutar atores relevantes da sociedade sem perder a independência em relação a eles.

Diferentemente do que acredita o presidente Lula, não se faz política pública efetiva só no gogó. ●

# Analfabetismo assombra o Nordeste

*A região com o pior índice de analfabetismo é também aquela que tem ilhas de excelência na educação, enquanto programas para jovens e adultos são incapazes de frear a disparidade*

**U**m dos retratos mais exemplares e perversos do atraso brasileiro, o analfabetismo é daqueles temas que inspiram análises adversativas, em que uma boa notícia é invariavelmente sucedida por um porém. É esse o caso dos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na semana passada, com base no Censo 2022: naquele ano, 93% dos 163 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais estavam alfabetizados – uma taxa de analfabetismo, portanto, de 7%. Algo positivo se comparado ao índice de 2010 (10%) e notável quando se sabe que, em 1940, quando iniciava a série histórica, chegava a inacreditáveis 6%.

Há um porém nos números apresentados. Vem do Nordeste mais da metade dos 11,4 milhões de analfabetos do

Brasil, uma região cuja taxa é simplesmente o dobro da média nacional. Ou seja, mais de 14% da população do Nordeste não sabe ler e escrever uma carta simples. Se é verdade que a curva dos números é descendente (19,1% em 2010; 14,2% em 2022), também é verdade que há uma insistente desigualdade no Brasil, assim como uma inconcebível lentidão na redução do analfabetismo entre nordestinos e pessoas mais velhas.

Chega a ser espantoso que, no Brasil, haja 50 municípios com índices de analfabetismo iguais ou superiores a 30%, dos quais 48 – isso mesmo: 48! – estejam no Nordeste. E o mais surpreendente: trata-se da mesma região que se notabilizou por ilhas de excelência na escola pública, atestada por sucessivos testes de avaliação de âmbito

nacional e internacional.

São notórios os bons exemplos e resultados educacionais de municípios do Piauí e de Alagoas, e de Estados como Ceará e Pernambuco – além de Sobral, cidade cearense do ministro da Educação, Camilo Santana. Diferentemente do que sugere o senso comum, a educação básica pública brasileira não é exatamente uma terra arrasada. Há experiências bem-sucedidas em alguns sistemas educacionais, entre Estados e municípios. Pais afora, marcados por ensino de qualidade, boa gestão, capacidade de formação de professores e diretores de escolas e, sobretudo, continuidade das boas políticas – condição essencial para resultados positivos de longo prazo.

De novo, porém, estamos diante de uma análise adversativa: todos os Estados nordestinos tiveram melhora significativa, muitos deles em nível mais acelerado do que outras unidades da Federação — é natural ter avanço em ritmo menor quando a curva já se encontra em patamar melhor. Nenhum desses Estados, contudo, superou a marca de 87% na taxa de alfabetizados. Tal disparidade certamente não começou ontem, e sim é fruto de um histórico de atraso e de intermitência de garantia de recursos para a educação, sobretudo a educação básica e gratuita. (Recursos só foram assegurados à educação a partir da Constituição de 1988 e, mais

adiante, com a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996.) É também um sinal de que programas voltados para a alfabetização de jovens e adultos não tiveram bons resultados em diferentes governos. Em português ainda mais claro: programas do gênero foram varridos para debaixo do tapete ao longo da história brasileira.

O fato é que sucessivos governos fecharam a torneira do analfabetismo focando na universalização do ensino dos mais jovens. Era um imperativo, mas insuficiente. A alfabetização de adultos pouco avançou no País – tanto que o índice nacional é menor entre a população de 15 a 19 anos (1,5%) e maior entre pessoas acima de 65 anos (20,3%). As faixas etárias mais altas, em síntese, não tiveram acesso à expansão educacional que aconteceu no Brasil a partir do início da década de 1990. As consequências são conhecidas, isto é, pessoas que se inserem no mercado de trabalho em profissões que exigem baixa qualidade. Com isso, a elas não é garantida a expectativa do chamado “bônus educacional” na renda ao eventualmente voltarem para a escola. No caso nordestino, não seria exagero dizer que, na prática, a redução do analfabetismo é favorecida na medida em que as pessoas analfabetas com mais idade vão morrendo.

É um dado sombrio de um país que prometeu erradicar o analfabetismo até este ano. ●